



**Plano de Gestão Florestal da
Herdade dos Álamos**

ÍNDICE GERAL

1. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO	2
1.1. ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS	2
1.2. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL	2
1.3. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	3
2. DEFINIÇÃO DA POLÍTICA PARA A UNIDADE DE GESTÃO	4
3. ELEMENTOS ADMINISTRATIVOS	4
3.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO	4
3.2. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO	4
3.3. TIPIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO	5
3.4. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE	5
3.5. SERVIDÕES LEGAIS E OUTRAS RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	6
4. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SEU APROVEITAMENTO	8
4.1. DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES ECOLÓGICAS	8
4.1.1. <i>Factores Físicos</i>	8
4.1.2. <i>Séries de vegetação presentes e habitats naturais relevantes</i>	15
4.2. OCUPAÇÃO DO SOLO	15
4.3. COMPARTIMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE PARA EFEITOS DE GESTÃO	16
4.4. ANÁLISE DOS POVOAMENTOS FLORESTAIS E DAS SUAS POTENCIALIDADES	17
4.4.1. <i>Descrição dos povoamentos - Avaliação quantitativa e qualitativa</i>	17
4.5. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS ASSOCIADOS À FLORESTA	19
4.6. DESCRIÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS	19
5. DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS	20
5.1. ZONAMENTO SEGUNDO A FUNÇÃO DOMINANTE	20
5.2. CLASSIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS SEGUNDO AS PRIORIDADES ATRIBUÍDAS	20
5.2.1. <i>Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de produção</i>	20
5.2.2. <i>Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça</i>	22
5.2.3. <i>Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça</i>	24
6. MODELOS DE SILVICULTURA	25
7. PLANO DE EXTRACÇÃO DE CORTIÇA	25
8. PLANO DE ACÇÕES DE BENEFICIAÇÃO	26
9. PLANOS DE CURTO E MÉDIO PRAZO PARA ACTIVIDADES ASSOCIADAS À FLORESTA	32
9.1. APROVEITAMENTO CINEGÉTICO	32

9.2.	APROVEITAMENTO APÍCOLA	33
9.3.	APROVEITAMENTO DE MATOS	33
10.	ANEXOS.....	34
10.1.	HISTORIAL DA GESTÃO NAS ÁREAS INTEGRANTES DO PLANO DE GESTÃO FLORESTAL.....	34
10.2.	CARACTERIZAÇÃO DO COBERTO VEGETAL, RECURSOS ASSOCIADOS POR PARCELA DE INTERVENÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO HISTORIAL DOS PROJECTOS ANTIGOS – REG (CEE) 2080/92, PEDIZA, PDF, AGRO, RURIS - (APOIADO EM CARTOGRAFIA SIMPLES DE APOIO)	34
10.3.	CARTOGRAFIA DE APOIO	34

ÍNDICE QUADROS

QUADRO 1 - ELEMENTOS REFERENTES À IDENTIFICAÇÃO DA HERDADE DOS ÁLAMOS.....	5
QUADRO 2 - CONDICIONANTES DA HERDADE DOS ÁLAMOS.....	7
QUADRO 3 – CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA E FISIAGRÁFICA DA HERDADE DOS ÁLAMOS.....	9
QUADRO 4 - DADOS REFERENTES ÀS PARCELAS DE AMOSTRAGEM INSTALADAS NA HERDADE DOS ÁLAMOS	18
QUADRO 5 - CARACTERIZAÇÃO DAS ÍNFRA-ESTRUTURAS	19
QUADRO 6 – MODELOS DE SILVICULTURA.....	25
QUADRO 7 – PREVISÃO DAS EXTRACÇÕES DE CORTIÇA (ARROBAS) - DECÉNIO 2007 A 2016	25
QUADRO 8 – ÁREAS DAS PARCELAS A INTERVIR NA HERDADE DOS ÁLAMOS	26
QUADRO 9 - PLANIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES A EXECUTAR DURANTE OS QUATRO QUINQUÉNIOS.	27

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA HERDADE DOS ÁLAMOS	6
FIGURA 2 – PLANTA DE CONDICIONANTES DO PGF DA HERDADE DOS ÁLAMOS	8
FIGURA 3 – VALORES MÉDIOS DIÁRIOS DA TEMPERATURA (°C) (ATLAS DO AMBIENTE, 1974).....	10
FIGURA 4 – VALORES MÉDIOS ANUAIS DE PRECIPITAÇÃO (MM) (ATLAS DO AMBIENTE, 1974).....	10
FIGURA 5 – VALORES MÉDIOS DO Nº DE DIAS COM PRECIPITAÇÃO (ATLAS DO AMBIENTE, 1974).....	11
FIGURA 6 – VALORES MÉDIOS DA HUMIDADE DO AR (%) (ATLAS DO AMBIENTE, 1974)	11
FIGURA 7 – CARTA DE DECLIVES (%)	12
FIGURA 8 – CARTA DE EXPOSIÇÕES	12
FIGURA 9 – CARTA DE SOLOS	13
FIGURA 10 – CARTA DE PH (ATLAS DO AMBIENTE, 1979).....	13
FIGURA 11 – CARTA HIPSOMÉTRICA	14
FIGURA 12 – CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO PARA A HERDADE DOS ÁLAMOS.....	15
FIGURA 13 – UNIDADES DE TRATAMENTO DA HERDADE DOS ÁLAMOS	16
FIGURA 14 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO E PONTOS DE AMOSTRAGEM NA HERDADE DOS ÁLAMOS ..	17
FIGURA 15 – ZONAMENTO SEGUNDO A FUNÇÃO DOMINANTE NA HERDADE DOS ÁLAMOS	20
FIGURA 16 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO 2007-2016.....	26

No Plano de Gestão Florestal para a Herdade dos Álamos são, fundamentalmente, descritos os aspectos essenciais relativos à situação actual da Unidade de Gestão e um plano de acções para o período de 20 anos.

As acções presentes neste plano deverão ser alvo de revisão 10 anos após a data da sua elaboração.

Admite-se a possibilidade de ser necessária a elaboração de um plano especial antes do fim do decénio, desde que devidamente fundamentada pela ocorrência de mudanças nos pressupostos que estiveram na base da definição das propostas de gestão.

Nas intervenções propostas no PGF foram tidos em conta os Planos Orientadores de Gestão (POG) dos vários projectos executados ao longo dos tempos.

Relativamente a outras situações foram realizados pequenos ajustamentos temporais, os quais já eram existentes desde a aprovação dos projectos assim como com eventuais atrasos que se tenham verificado no encerramento dos projectos.

Para todos os efeitos deverão os serviços competentes ser informados das alterações preconizadas. O facto de serem mantidos os pressupostos iniciais permitirá que as alterações sejam aceites passando a existir um único instrumento de gestão.

A elaboração destes PGF tem também como intenção a promoção de uma certa homogeneização temporal, sempre que possível, das operações preconizadas para cada Herdade.

1. Enquadramento nos Instrumentos de Ordenamento

1.1. *Estratégia Nacional para as Florestas*

A *Estratégia Nacional para as Florestas* (DGRF, 2006) evidencia algumas linhas de acção importantes, nomeadamente:

- Uma gestão profissional e activa dos povoamentos, que maximize o aproveitamento das potencialidades das estações;
- Minimização dos riscos associados aos incêndios e a agentes biológicos;
- Uma nova especialização do território, que tenha em conta as previsíveis alterações climáticas e outras alterações de contexto, permitindo uma correcta afectação das diversas funções aos diversos tipos de floresta e aos diferentes espaços e agentes do sector.

1.2. *Plano Regional de Ordenamento Florestal*

De acordo com o *Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) Alentejo Central*, a Herdade dos Álamos localiza-se na sub-região homogénea *Alqueva e Envolventes*.

Nesta sub-região os espaços florestais devem especialmente contribuir para atingir os seguintes objectivos específicos:

- Recuperar os espaços florestais através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo;
- Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o medronho, o mel, os cogumelos e as ervas aromáticas e medicinais;
- Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a actividade apícola e integrar a actividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- Sensibilizar os proprietários para o correcto aproveitamento de matos e resíduos florestais para fins energéticos;
- Desenvolver a actividade silvopastoril;
- Aumentar a actividade associada à caça, enquadrando-a com a actividade silvopastoril e conservação;
- Reduzir a continuidade horizontal de vegetação para minimizar a propagação do fogo;

- Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;
- Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
- Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;
- Adequar os espaços florestais à crescente procura de actividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico.

1.3. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

De entre os diversos eixos estratégicos nos quais o *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios* (em aprovação) está centrado, destaca-se pela sua íntima ligação ao ordenamento do território e ao planeamento florestal o *1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais*, cujo objectivo é promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas através da: criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; implementação de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, promoção de acções de silvicultura; promoção de acções de gestão de pastagens; criação e manutenção de redes de infra-estruturas e divulgação de técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

Na ausência do PMDFCI iremos ter como apoio á leitura da problemática dos incêndios na região, três suportes cartográficos (apresentados em anexo): Histórico da ocorrência de incêndios, Perigosidade de incêndio florestal e Carta de risco de incêndio florestal), para além da informação respeitante ás ocorrências registadas.

Apresentamos as cartografias tendo por base informação da Autoridade Florestal Nacional (AFN), nomeadamente a Cartografia de Risco de Incêndio Florestal (CRIF) e o Mapa de Perigosidade Florestal.

O Mapa de Perigosidade florestal é elaborado tendo por base “a utilização de variáveis com forte relação espacial...” permitindo “...avaliar a perigosidade ... com base probabilística associada a cenários.”.

A CRIF é um instrumento que nos permite uma identificação das zonas estruturalmente classificadas quanto a risco. A sua elaboração conta com a integração da seguinte informação: Carta de visibilidade de postos de vigia, Carta de tempos de percurso a partir das sedes das corporações de bombeiros, carta de povoações em risco e Carta de prioridades de vigilância.

Relativamente ao histórico de incêndios apresentamos a cartografia com o histórico das ocorrências, informação coligida e também disponibilizada pela AFN.

2. Definição da Política para a Unidade de Gestão

De acordo com o que está enunciado no Decreto-Lei n.º 205/99, de 9 de Junho, e atendendo aos vários condicionalismos existentes, o *Plano de Gestão Florestal* (PGF) para a Herdade dos Álamos visa estabelecer normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização deste espaço florestal, promovendo a produção sustentada de bens e serviços por ele fornecidos, através da:

- Melhoria em termos quantitativos e qualitativos dos níveis da produção de cortiça, pelo estabelecimento de um programa de operações que melhore o potencial produtivo dos povoamentos de sobreiro existentes;
- Melhoria da qualidade ambiental e estética da paisagem pela reconstituição de um espaço florestal mais estável, mais diversificado e mais próximo dos sistemas naturais;
- Implementação de medidas que sustentem o declínio do montado de sobreiro e azinho;
- Execução de práticas que garantam a reconstituição e a valorização do *habitat* natural 6310 - *Montados de Quercus spp.* com estatuto de protecção em diplomas nacionais e europeus.

3. Elementos administrativos

3.1. Identificação do proprietário

SOCIEDADE AGRÍCOLA DO PERAL, S.A.

Rua da Corticeira nº 34 – Apartado 47

4536-902 Mozelos VFR

NIF - 500253315

N.º BENEFICIÁRIO IFAP - 38415

N.º INGA – 142612

3.2. Responsável pela elaboração do Plano

João Carlos Lobão Tello da Gama Amaral

Floponor, Florestas e Obras Públicas do Norte, SA

Rio de Mel

6420 – 552 Trancoso

Contacto: 969 526 625, e-mail: geral@floponor.pt / gamaamaral@bosque.pt

3.3. Tipificação do Proprietário

- Proprietário Individual
- Proprietário em ZIF, não aderente
- Unidade de Baldio/comparte
- Área Agrupada
- Grupos de Baldio
- ZIF

3.4. Identificação da propriedade

Este PGF fica localizado no distrito de Évora, concelho de Portel, freguesia de Amieira.

Quadro 1 - Elementos referentes à identificação da Herdade dos Álamos.

Plano de Gestão	Herdade dos Álamos					
Parcelas florestais	a, b, c, d, e, f, g, h					
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central					
Sub-região homogénea	Alqueva e Envolvertes					
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Portel (em aprovação)					
Nome da Propriedade	Identificação Matricial		Localização		Superfície	
	Artigo	Secção	Freguesia	Concelho	Perímetro (m)	Área (ha)
Herdade dos Álamos	3	C-C1	Amieira	Portel	11434,50	353,44

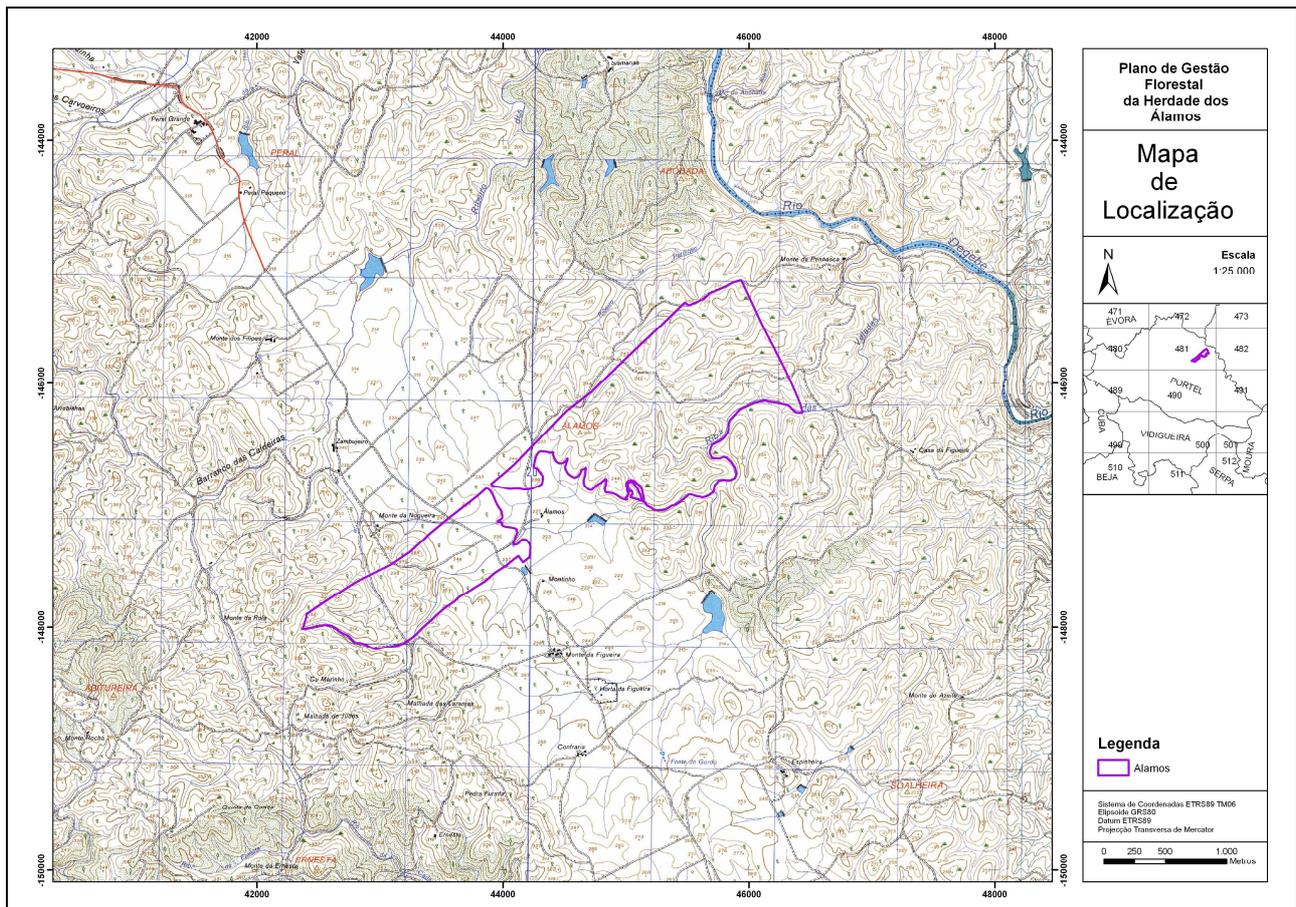


Figura 1 – Mapa de localização da Herdade dos Álamos

3.5. Servidões legais e outras restrições de utilidade pública

Enquadramento em RAN, REN:

A área não tem condicionalismos de RAN. Os eventuais condicionalismos da REN estão presentes em 100% da área submetida ao Plano de Gestão Florestal.

Enquadramento em risco de incêndio e risco de erosão:

O risco de incêndio está presente em 50% da área. As operações preconizadas também têm como objectivo a minimização dos riscos de incêndio.

Os riscos de erosão serão tidos em conta, já que as operações preconizadas têm em consideração as condições orográficas presentes. Sendo assim pretende-se contrariar os fenómenos erosivos decorrentes do tipo de intervenções tendo em conta os momentos de bem como as tipologias das operações de mecanização.

Enquadramento em EDIA – Barragem do Alqueva

O Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão (POAAP) foi devidamente considerado. Os elementos que foram identificados cartograficamente têm como suporte a informação oficial cedida pela EDIA aos proprietários.

Quadro 2 - Condicionantes da Herdade dos Álamos

		Extensão (KM/ha)	Observações
Infra- estruturas	Redes de Faixas de gestão de combustível (primária e secundária)	PMDFCI (em elaboração)	
	Linhas de alta tensão	1.770 km	
	Antenas	0	
	Áreas sociais	0,2 ha	
	Regime Florestal	0	
	Áreas protegidas	0	
	ZEC/ZPE	0	
	Zonas críticas	-	(Carta de condicionantes)
	REN/RAN	-	(Carta de condicionantes)
	ZIF/GB/AA	0	
	Zonas de caça	1	Zona de caça turística da Herdade do Peral e Anexas (processo nº 47)

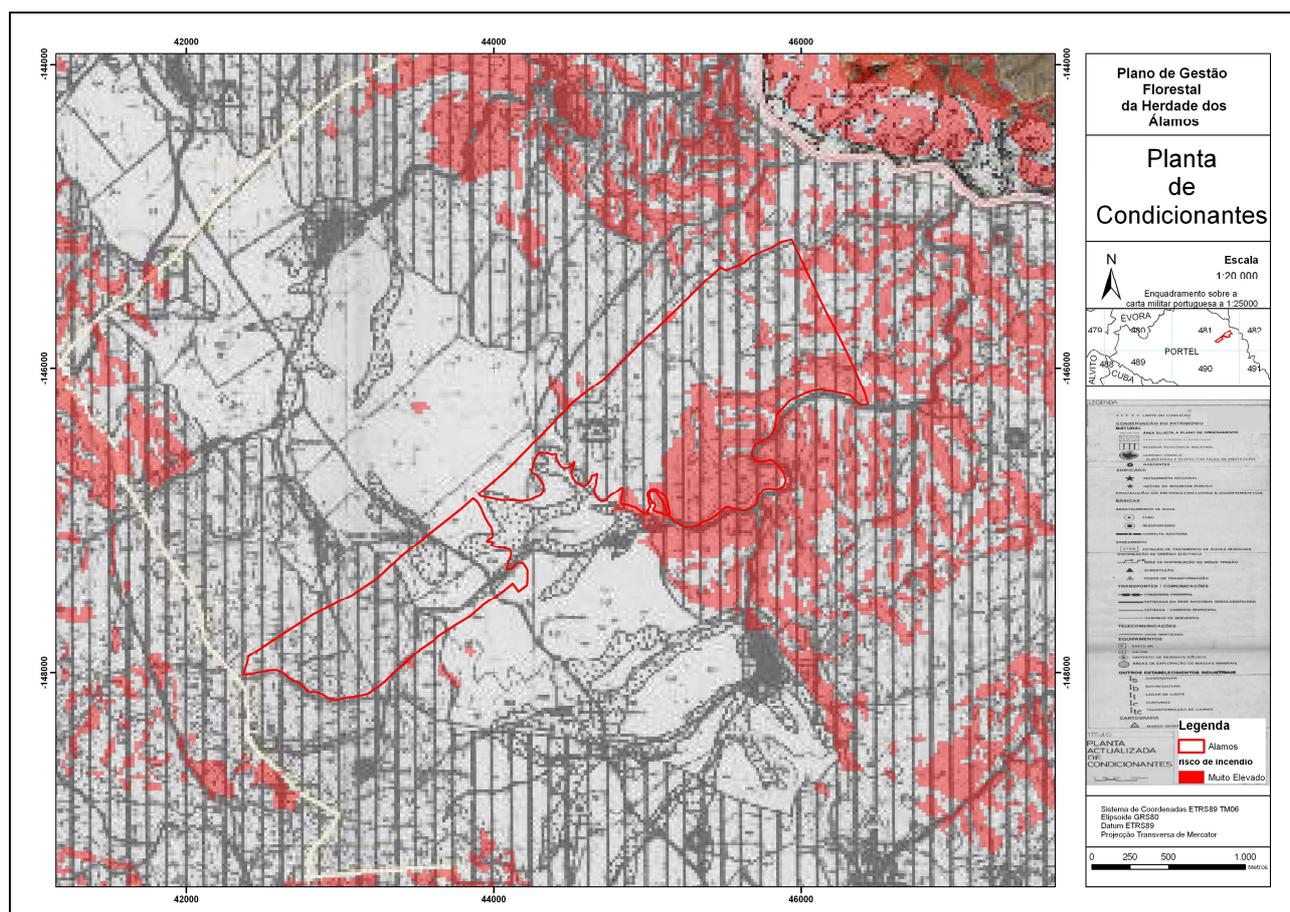


Figura 2 – Planta de condicionantes do PGF da Herdade dos Álamos

4. Avaliação dos recursos e evolução histórica do seu aproveitamento

4.1. Descrição das condições ecológicas

4.1.1. Factores Físicos

Segundo a classificação de Köppen o clima nesta região é do tipo Csa, isto é, clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco (Cs), sendo o Verão, segundo Köppen, considerado quente pois a temperatura média do ar no mês mais quente é superior a 22 °C (a) em todas as estações meteorológicas da região. Por outro lado, o Inverno pode classificar-se como temperado dada a média dos mínimos do mês mais frio ser superior a 3°C.

De acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, nesta região é Mesotérmico sub-húmido seco (C1), com índice hídrico entre 0 e -20.

A análise das precipitações mensais dos postos hidrométricos da região indica uma grande irregularidade na distribuição da precipitação ao longo do ano. A chuva concentra-se no período de Outubro a Março. Abril a Junho, são meses de transição enquanto os restantes meses são secos.

A concentração da chuva no período de Inverno e a irregularidade da sua distribuição constitui uma das principais limitações em relação às actividades agrícolas e florestais. Por outro lado, a intensidade de certas chuvadas a seguir ao período seco origina condições favoráveis à erosão do solo (Quadro 3, Figuras 4 e 5).

A temperatura média anual ronda os 16 °C em todas as estações meteorológicas da região (Quadro 3, Figura 3).

Ao longo do ano a humidade relativa apresenta uma variação importante. Os valores mais baixos da humidade relativa do ar às 9 horas ocorrem nos meses de Julho e Agosto, enquanto os valores mais elevados verificam-se de Novembro a Março (Quadro 3, Figura 6).

O relevo da região é predominantemente plano ou aplanado mas a Unidade de Gestão está implantada numa zona ligeiramente acidentada que constitui a bordadura da Serra de Portel, cuja altitude máxima alcança os 420 m (Quadro 3, Figura 7, 8 e 11).

Este acidente geográfico proporciona a existência de declives moderados (Figura 7).

Devido ao reticulado formado pelas linhas de água não existe uma exposição predominante (Figura 8).

Os solos de toda a região são fundamentalmente Luvisolos e Litossolos (Quadro 3, Figura 9)

Quadro 3 – Caracterização ecológica e fisiográfica da Herdade dos Álamos

Clima	Temperatura média anual (°C)	16-17,5
	Precipitação média anual (mm)	600
	Nº dias com precipitação	50-75
	Humidade do ar (%)	75-80
Relevo	Declive (%)	0-10
	Altimetria (m)	200-300
	Exposição	Não existe exposição dominante
Solos	pH	5,6-7,3
	Tipo	Luvisolos rodocrómicos/litossolos êutricos

Fonte: Atlas do ambiente (1974) (valores médios para o período de 1931-1960)

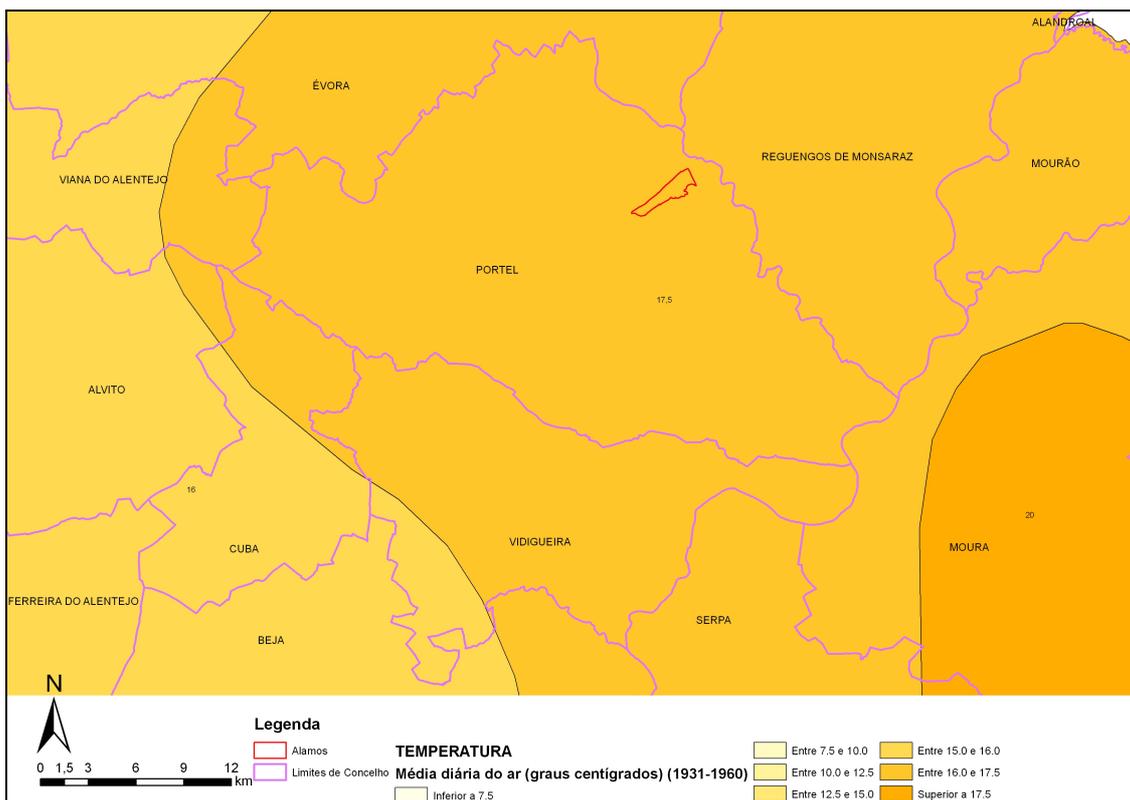


Figura 3 – Valores médios diários da temperatura (°C) (Atlas do Ambiente, 1974)

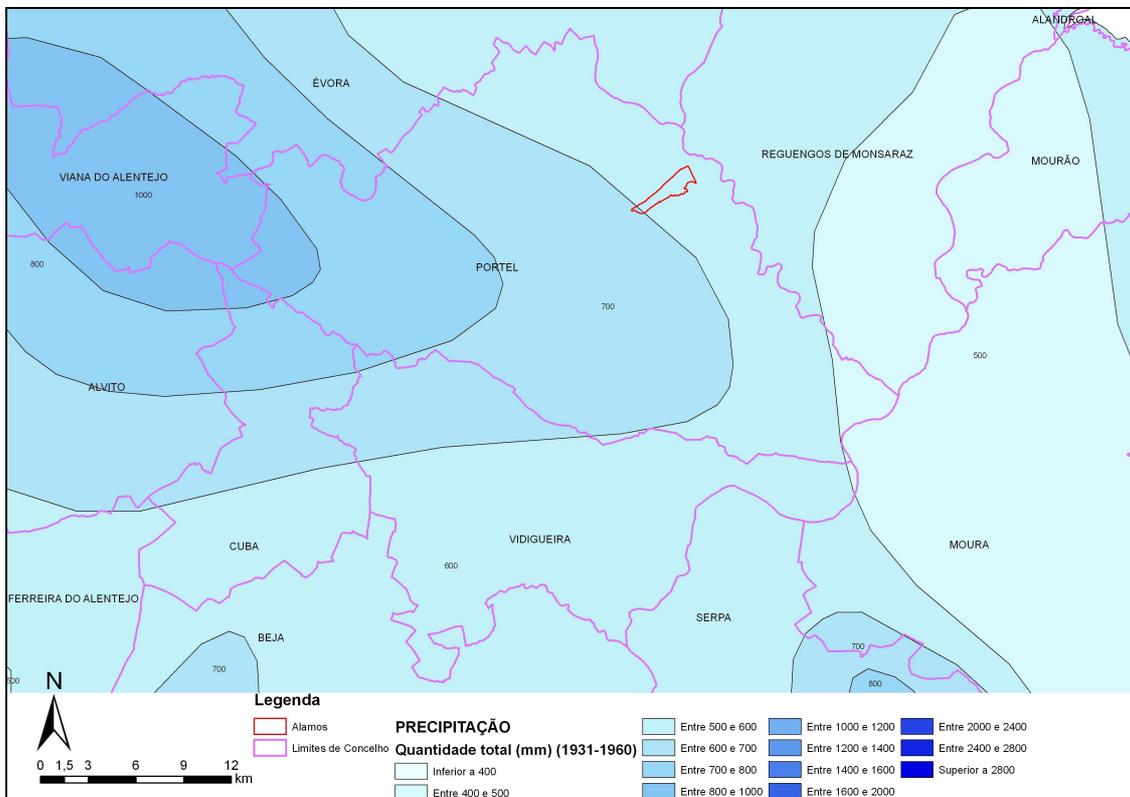


Figura 4 – Valores médios anuais de precipitação (mm) (Atlas do Ambiente, 1974)

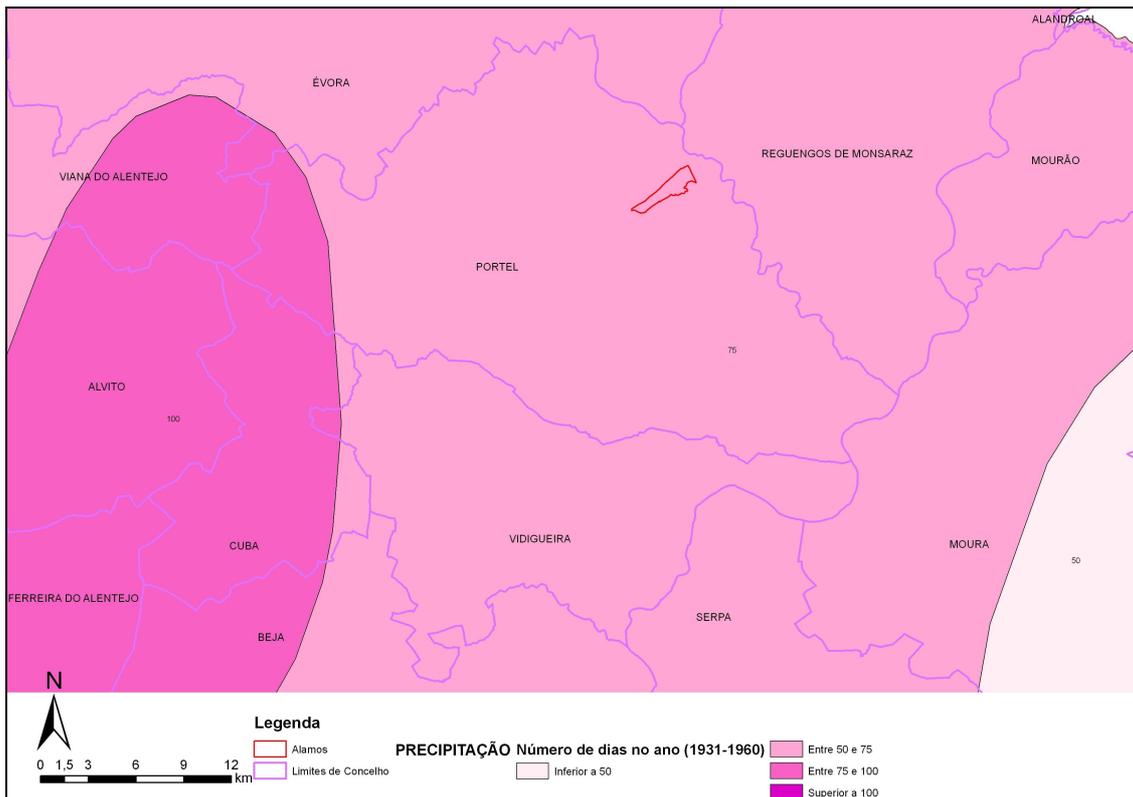


Figura 5 – Valores médios do nº de dias com precipitação (Atlas do Ambiente, 1974)

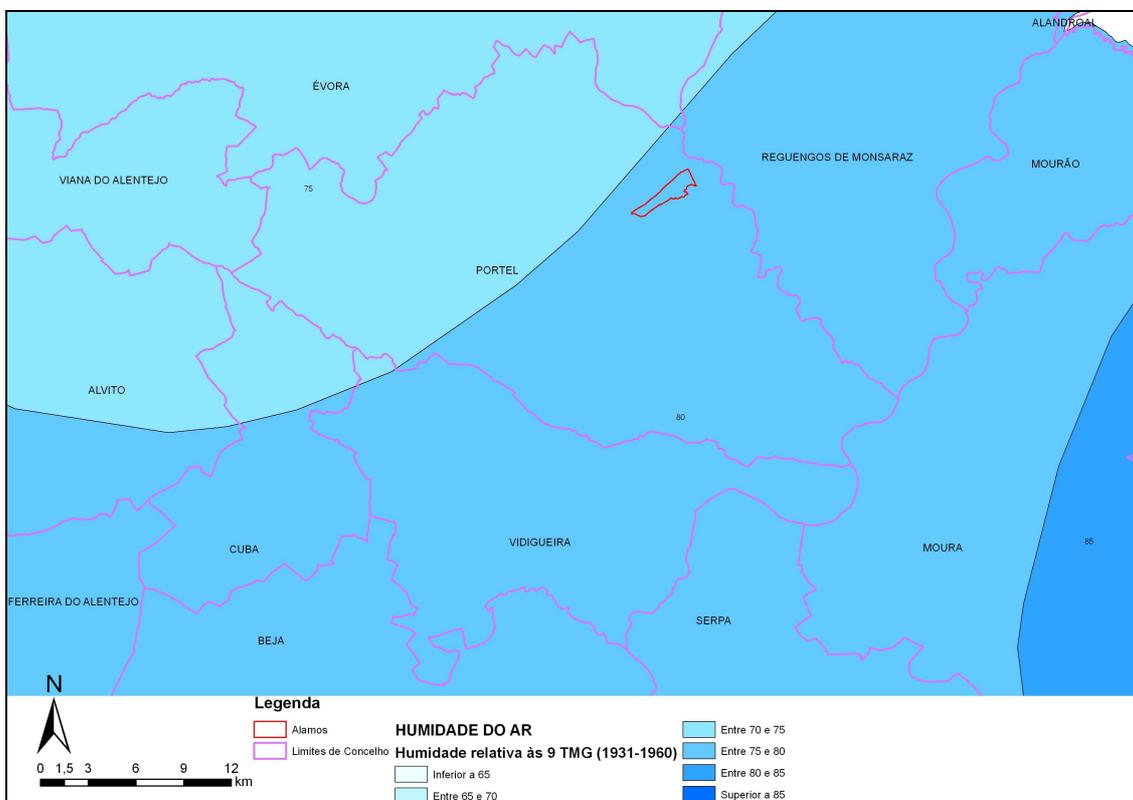


Figura 6 – Valores médios da humidade do ar (%) (Atlas do Ambiente, 1974)

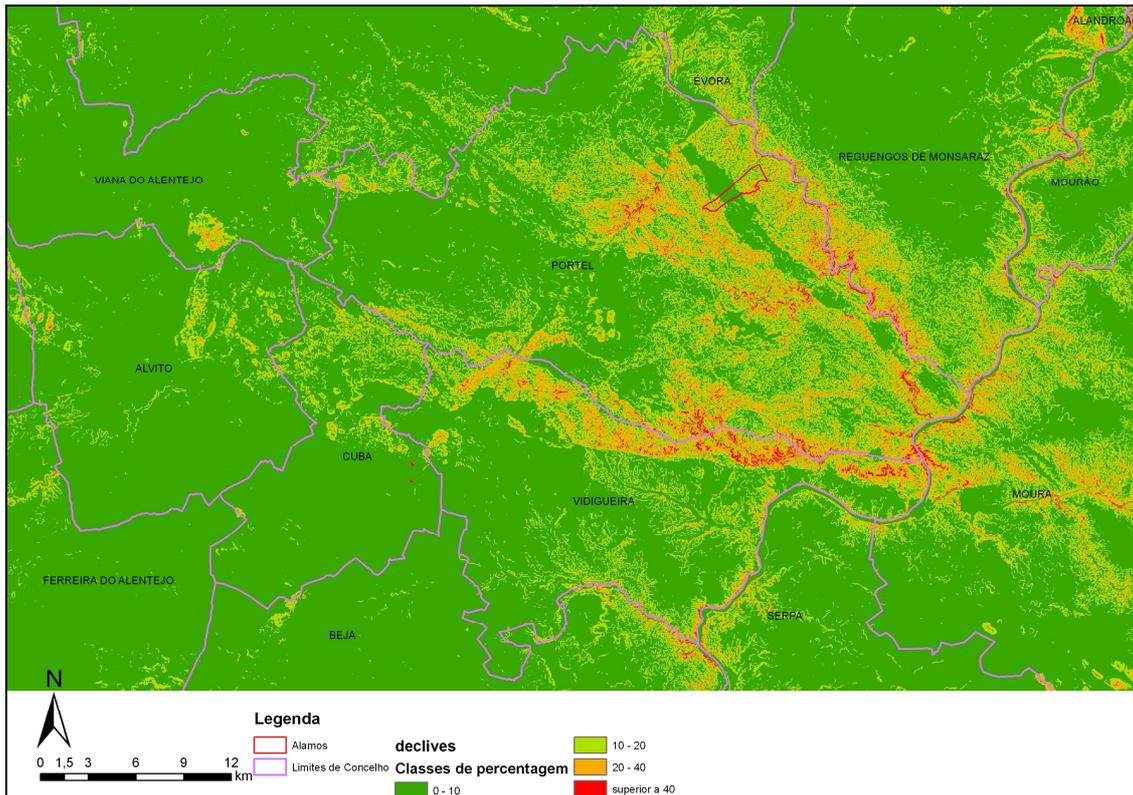


Figura 7 – Carta de declives (%)

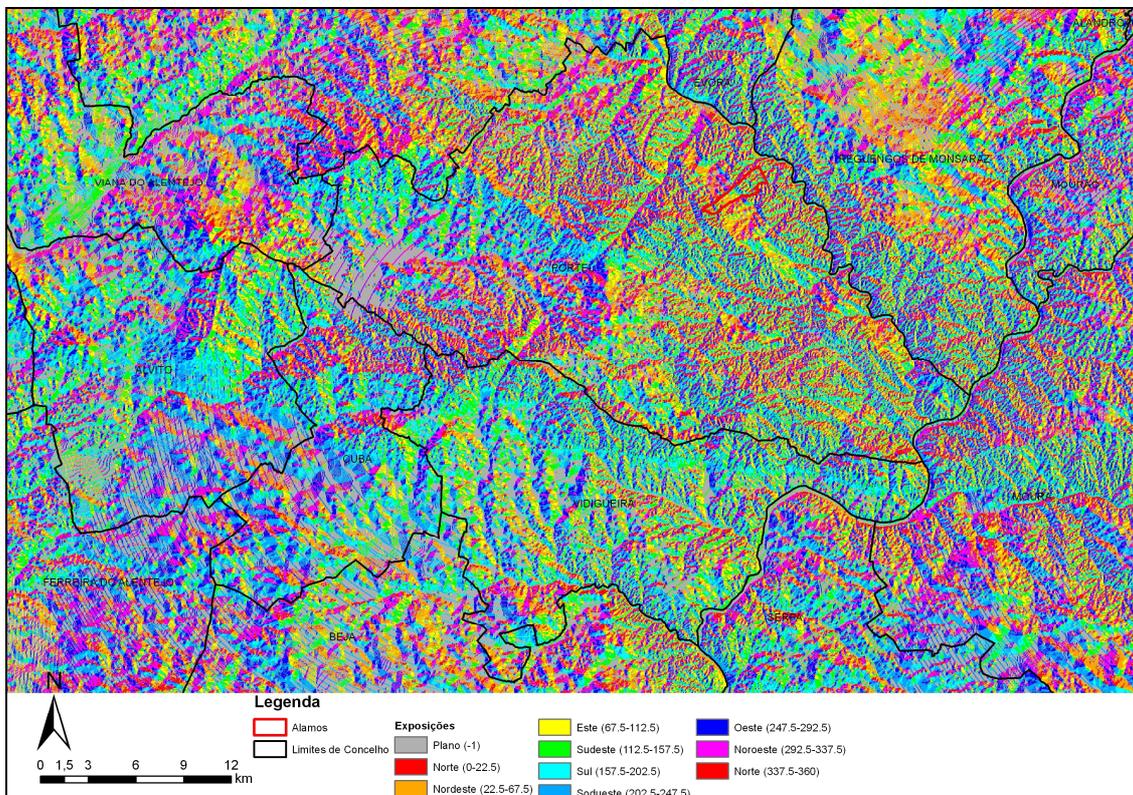


Figura 8 – Carta de exposições

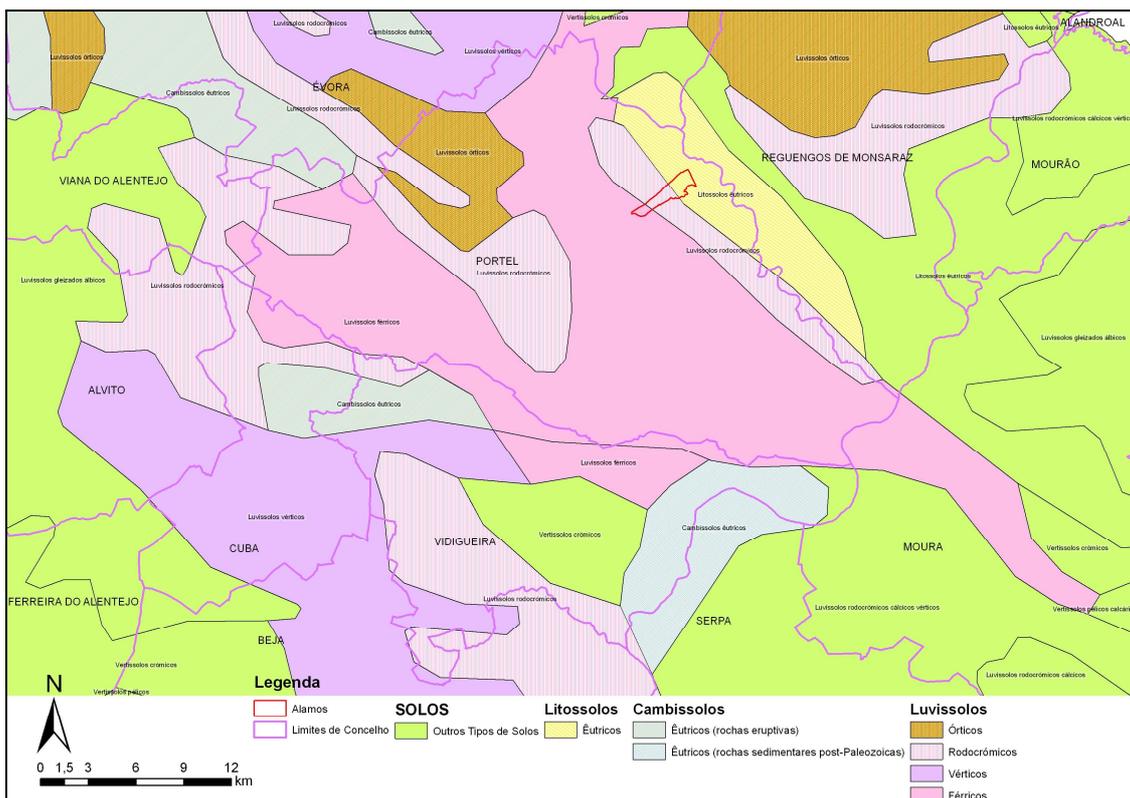


Figura 9 – Carta de solos

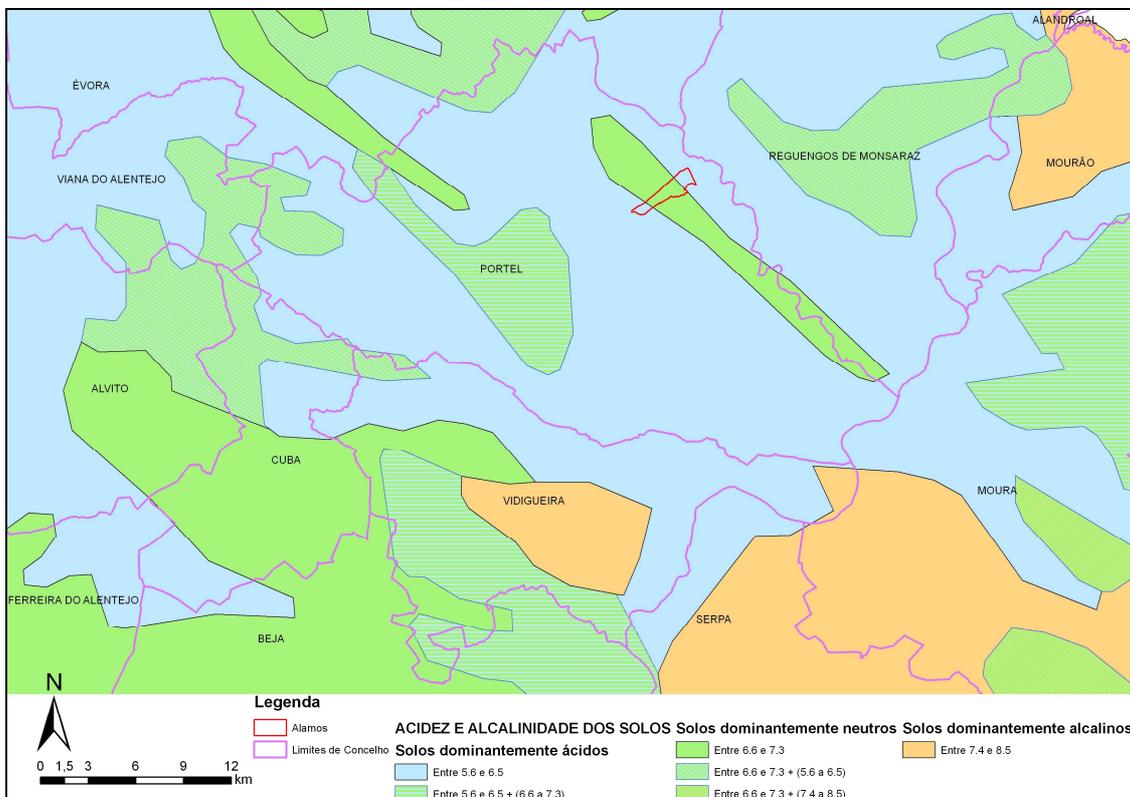


Figura 10 – Carta de pH (Atlas do Ambiente, 1979)

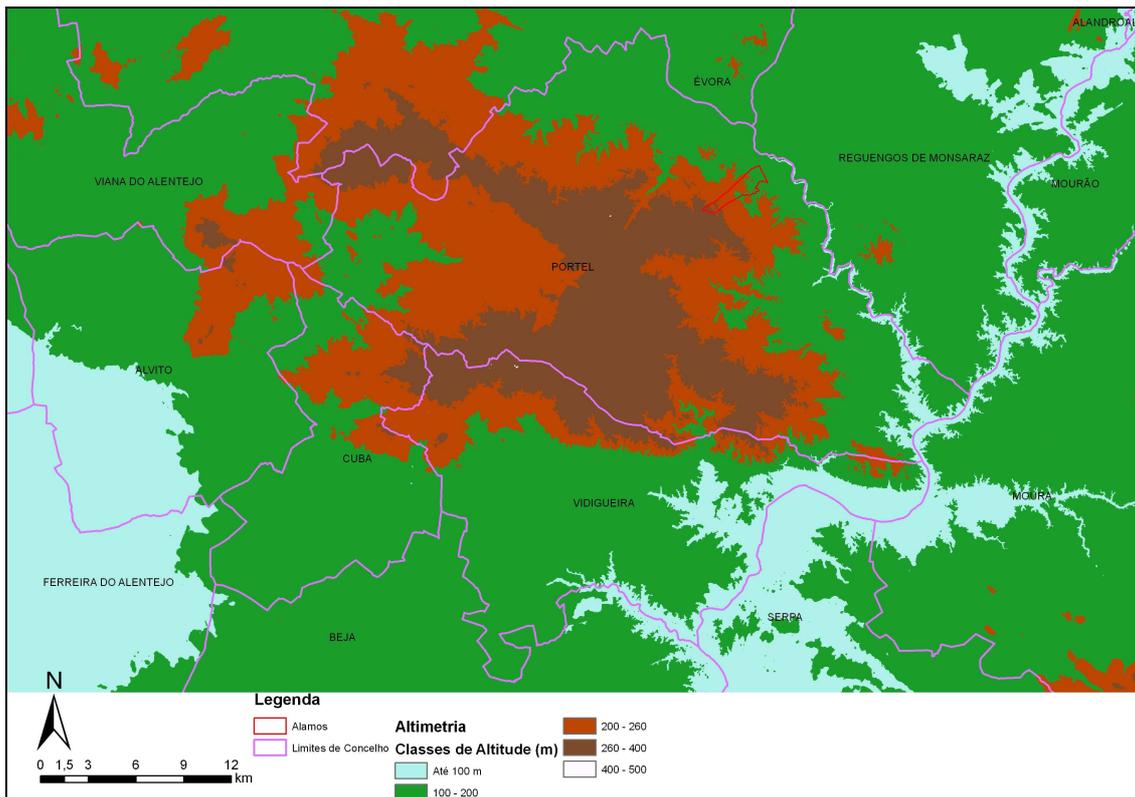


Figura 11 – Carta hipsométrica

4.1.2. Séries de vegetação presentes e habitats naturais relevantes

A área deste PGF encontra-se de acordo com a carta biogeográfica de Portugal na região Eurosiberiana / Sub-região Atlântica-Medioeuropeia / Província Luso-Extremadorense / Sector Mariânico-Monchiquense / Subsector Araceno-Pacense / Superdistrito Alto Alentejano. São características as áreas planas com algumas serras de baixa altitude onde predominam solos de origem xistosa e granítica. Quase toda a sua área se situa no andar mesomediterrânico sub-húmido. Os montados em solo silicioso do Pyro-Quercetum rotundifoliae e os sobreirais do Sanguisorbo-Quercetum suberis são dominantes na paisagem vegetal. São ainda característicos e vulgares os estevais do Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi, o urzal-esteval Erico australis-Cistetum populifolii e os urzais do Halimio ocymoidis-Ericetum umbellatae. Ocorre ainda o giestal Retamo sphaerocarpace-Cytisetum bourgaei. Neste Superdistrito surge, ainda que de modo finícola, o amial Scrophulario-Alnetum glutinosae, sendo o freixial Ficario-Fraxinetum angustifoliae a comunidade mais comum nas ribeiras e linhas de água.

4.2. Ocupação do solo

As áreas parcelares encontram-se identificadas na cartografia anexa (em formato legível e manuseável).

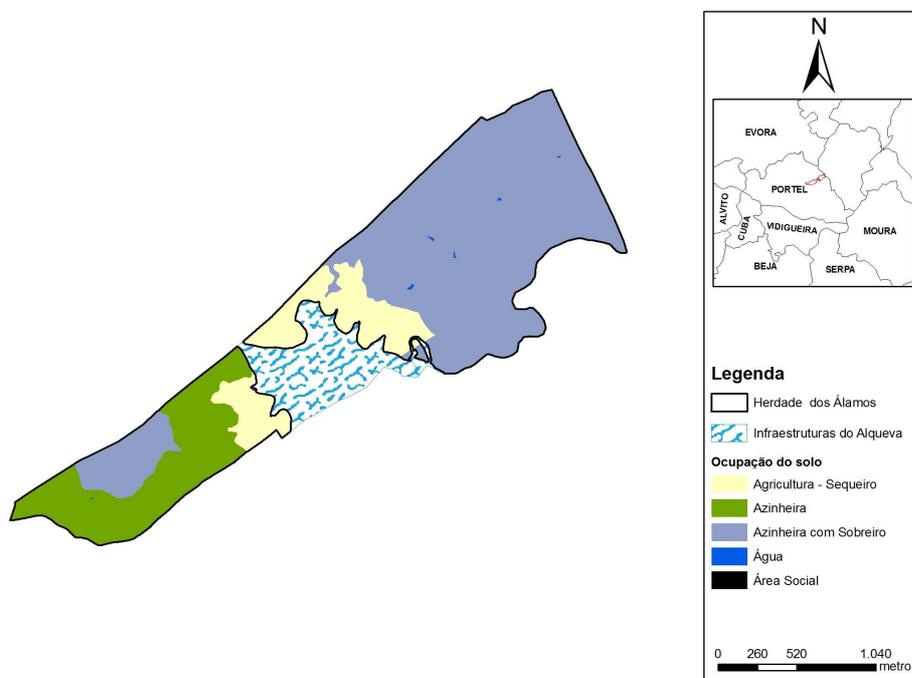


Figura 12 – Carta de ocupação do solo para a Herdade dos Álamos

4.3. Compartimentação da propriedade para efeitos de gestão

Tendo em vista o facilitar da organização das operações, quando em presença de áreas mais compactas e de limites perfeitamente conhecidos, procedeu-se à criação de parcelas.

O termo parcela designa uma unidade de tratamento, sendo definida como a subdivisão da Unidade de Gestão de natureza temporária, diferenciada por descrição espacial e tratamento, assinalada neste PGF por letras pequenas.

Na Figura 13 estão identificadas as áreas parcelares permitindo visualizar a proposta de compartimentação que se pretende implementar. A carta de Infra-estruturas (apresentada em anexo em formato legível e manuseável) transmite a noção de divisão, suportada pela rede viária, que servirá de apoio à concretização da gestão nas áreas individualizadas.

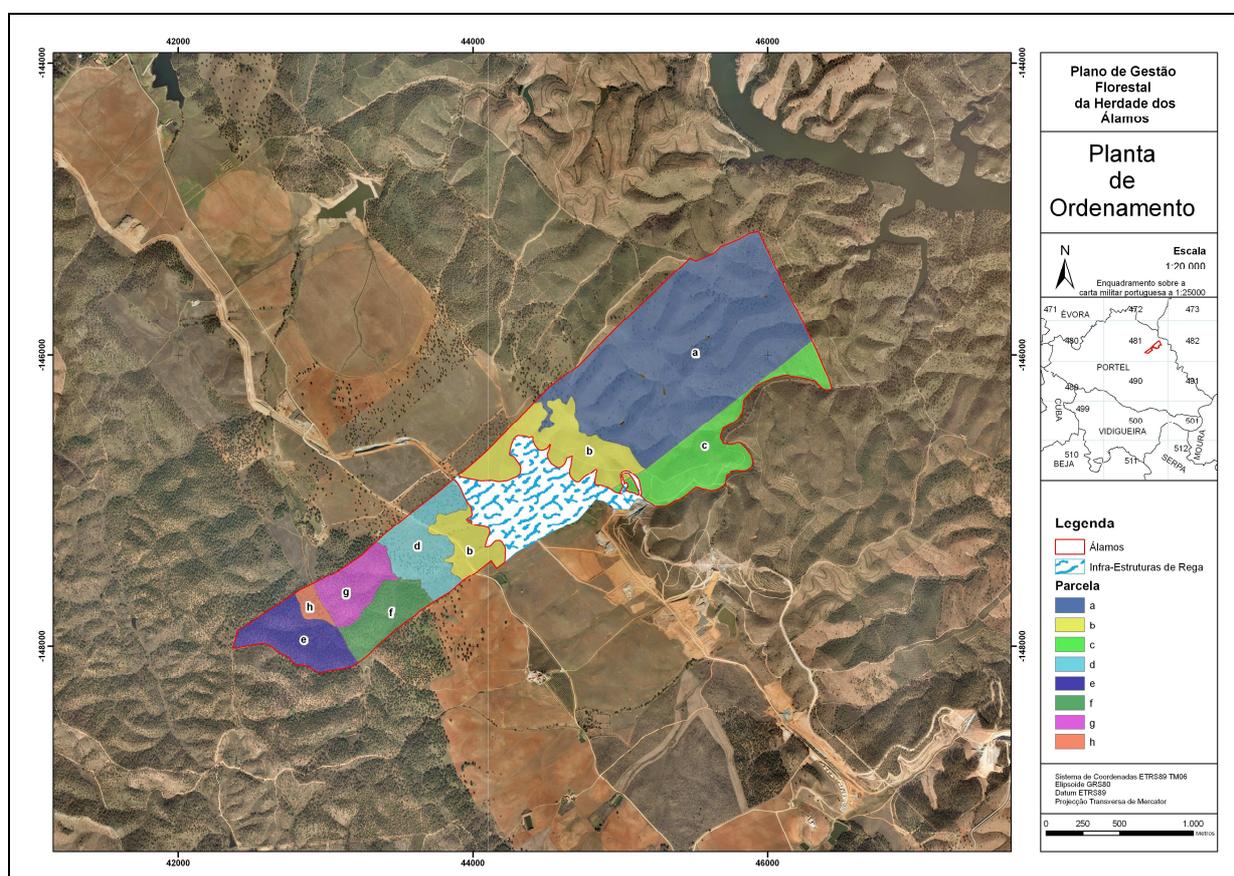


Figura 13 – Unidades de tratamento da Herdade dos Álamos

Parcelas (Área ha)							
a	b	c	d	e	f	g	h
145.72	45.82	34,27	24.14	22,40	16.49	16.45	3,60

No anexo 10.2 é apresentada a caracterização do coberto florestal e dos recursos associados por parcela de intervenção, assim como os projectos executados ao abrigo de anteriores apoios ao investimento, assim como as operações associadas.

4.4. Análise dos povoamentos florestais e das suas potencialidades

4.4.1. Descrição dos povoamentos - Avaliação quantitativa e qualitativa

A avaliação quantitativa dos povoamentos foi efectuada através da realização de um inventário florestal. Recorrendo a uma amostragem sistemática, foram criadas parcelas circulares de 1000 m² distribuídas por uma malha de 580 x 580 m. No total foram amostradas para este PGF 7 parcelas (Figura 14).

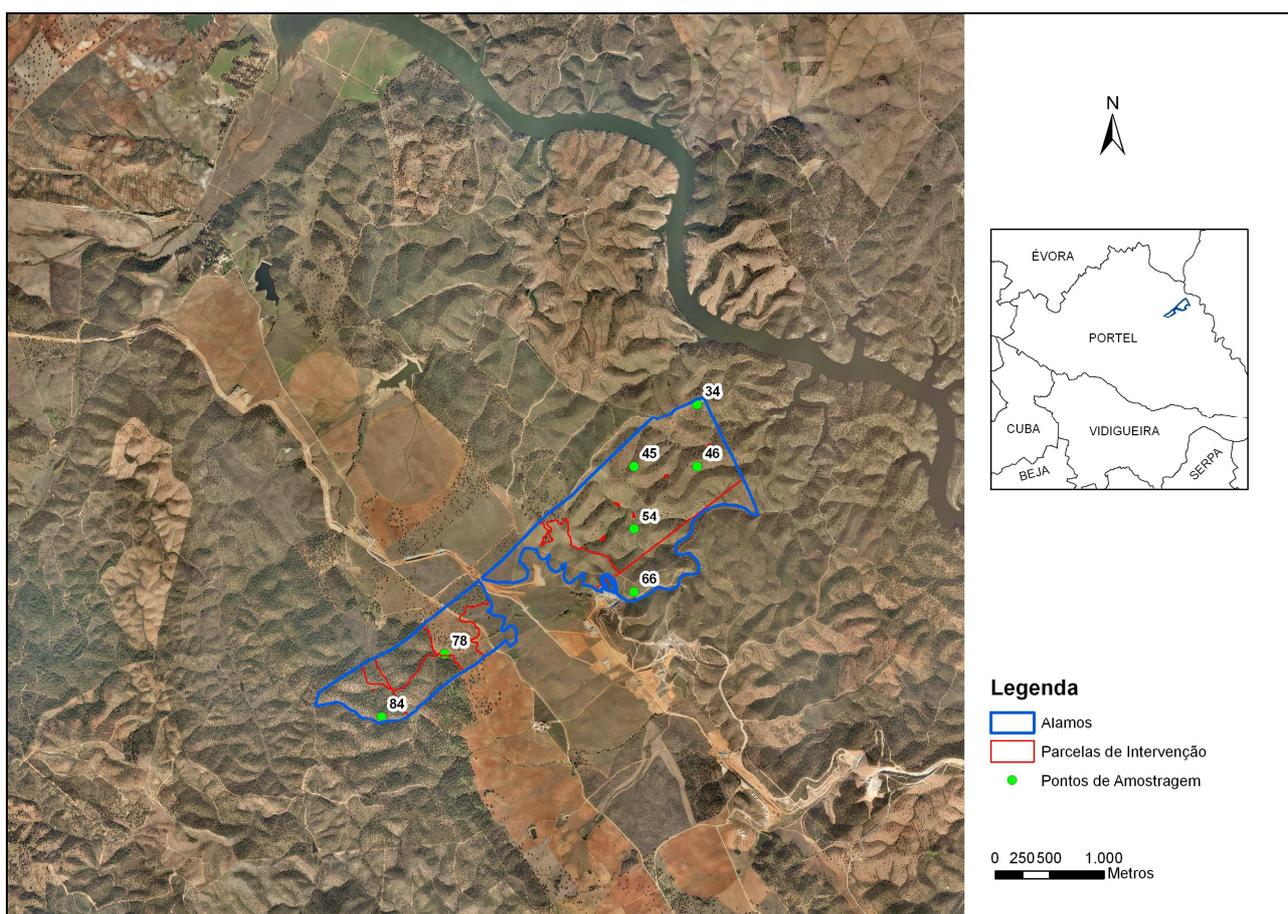


Figura 14 – Distribuição das unidades de tratamento e pontos de amostragem na Herdade dos Álamos

Quadro 4 - Dados referentes às parcelas de amostragem instaladas na Herdade dos Álamos

Nº Parcela	Ocupação	Fogo	Mato	N (arv/ha)	G (m2/ha)	hg (m)	PAP (cm)	DAP (cm)	Classe de idade	Arv Mortas (%)	Composição	Etrato	Situação Fisiográfica	Sinais de Erosão	Pedregosidade	Preparação do terreno	Estado Sanitário	Pragas-Doenças	Espécie Dominante (origem)	Espécie Dominante (Estrutura)	Regeneração Natural (espécie)	Regeneração Natural (nº)	Controlo de Vegetação	Espécie 1 (Matos)	Espécie 2 (Matos)	Espécie 3 (Matos)
34	Azinheira com Sobreiro	0	1	10	0,22	4,9	52	17	35-60	100	puro	az az	encosta	sim	média	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	regular	az	0	matos - sem controlo	esteva	rosmaninho	tojo
45	Azinheira	0	0	20	0,68	4,4	62	20	35-60	0	puro	az az	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	regular	az	0	matos - sem controlo	rosmaninho	esteva	
46	Azinheira com Sobreiro	0	1	40	1,25	3,8	59	19	35-60	0	puro	az az	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	regular	az	0	matos - sem controlo	esteva	rosmaninho	
54	Azinheira com Sobreiro	0	1	40	1,56	4,3	65	21	35-60	0	puro	az az	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	irregular	az	0	matos - sem controlo	esteva	tojo	
66	Azinheira com Sobreiro	0	1	0	0,00	0,0	0	0		0												0				
78	Azinheira	0	1	80	9,80	7,1	121	39	+ de 60	0	puro	az az	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	regular	az	0	matos - grade	esteva	sargaço	
84	Sobreiro	0	1	30	3,31	4,6	61	19	+ de 60	0	puro	sb sb	encosta	não	nula	sem armação	sem sinais	-	reg. natural	regular	sb	3	matos - sem controlo	esteva		

4.5. Descrição dos recursos associados à floresta

As áreas florestais podem, na maior parte dos casos traduzir um espectro alargado de bens e serviços, para além do produto principal. Embora muitos desses bens e serviços não possuam mercado (ou o possuam de forma não estruturada ou ineficiente), outros há onde o mercado está devidamente estabelecido e organizado. Nesse caso a diversificação da produção é desejável pois traduz-se numa mais valia das áreas florestais, reduzindo a dependência face a flutuações dos mercados associados ao produto principal, e aumentando significativamente o total de receitas da exploração. No caso do montado de sobro é explorado num sistema que se designa por uso múltiplo, de complexidade variável. À utilização subericola e cerealífera junta-se a criação de gado, a exploração cinegética, a utilização dos matos e plantas aromáticas e o fomento de um conjunto de actividades, como a observação de aves, os passeios equestres, ligadas ao turismo em espaços rurais. Desta forma, para além da exploração cinegética que vem sendo efectuada devem ser considerada a hipótese de exploração de outros recursos

4.6. Descrição das infra-estruturas

Quadro 5 - Caracterização das Infra-estruturas

Rede Viária			
	Extensão		
Transitável	19,75 km		
Transitável em parte	-		
Não transitável	-		
TOTAL	19,75 km		
Densidade	Suficiente		
Rede Divisional			
	Extensão		
Bom	0		
Razoável	0		
Má	0		
Pontos de Água			
	Número	Estado de conservação	Tipo de acessibilidade
Furo	0	-	-
Charca	6	Razoável	Terrestre
Açude	0	-	-
Outro	0	-	-

5. Definição de Objectivos

5.1. Zonamento segundo a Função Dominante

Para a Unidade de Gestão Herdade dos Álamos, devido à importância da % de área ocupada com povoamentos de sobreiro ou mistos de sobreiro, foi definida como 1.^a Função a *Produção de Cortiça*. Da mesma forma, pela importância económica da actividade cinegética e, com menor expressão, da actividade silvopastoril, foi definida como 2.^a Função a *Silvopastorícia e a Caça*. Apesar da área em causa não estar situada em área com estatuto de conservação especial a elevada importância ecológica dos montados de sobreiro e azinho determinou que fosse estabelecida a *Protecção* como 3.^a Função dominante para este espaço.

Salienta-se, no entanto que todas as áreas florestais desempenham simultaneamente várias funções que, em diferentes gradações, podem coexistir mais em sobreposição ou mais em segregação.

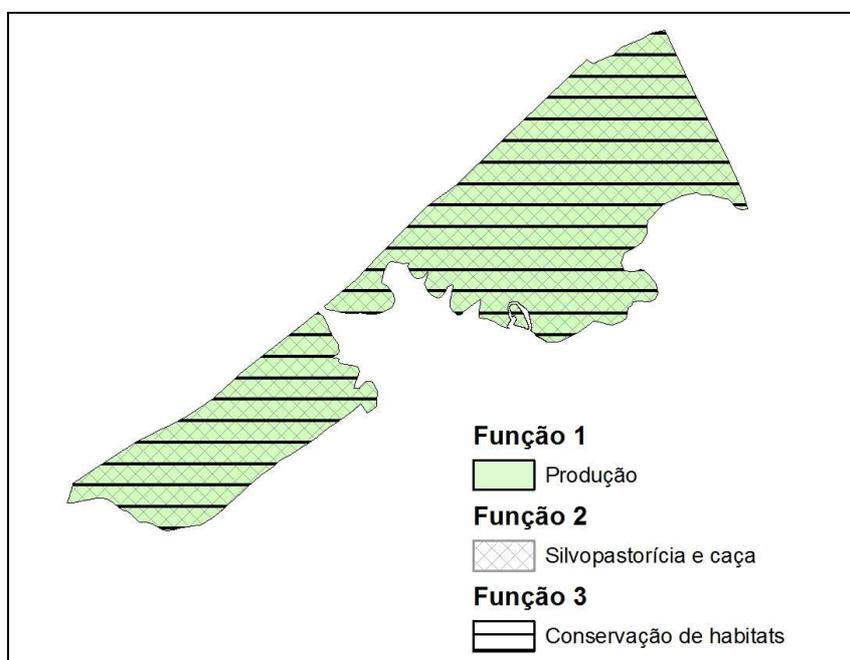


Figura 15 – Zonamento segundo a função dominante na Herdade dos Álamos

5.2. Classificação dos objectivos segundo as prioridades atribuídas

5.2.1. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de produção

Sub-função	Objectivos da gestão e intervenções florestais
Produção de cortiça	Condução do montado
	Manutenção da sanidade vegetal

Condução do montado

a) Normas de intervenção activa

- O descortiçamento deve ser sempre executado por operadores com formação adequada e, quanto possível, especializada, de forma a evitar feridas nos sobreiros que prejudiquem tanto a sanidade da árvore como as extracções futuras.
- O descortiçamento deve efectuar-se durante o período de actividade do câmbio suberofelodérmico da árvore, que geralmente ocorre entre os meses de Maio e Julho, podendo encurtar-se ou prolongar-se conforme as condições climatéricas do ano, a latitude, a exposição, a maior ou menor humidade do solo e outros factores ecológicos com reflexos na actividade fisiológica das árvores.
- A poda dos sobreiros deve ser encarada e planeada como uma operação cultural realizada na perspectiva da sobrevivência das árvores e do seu rendimento em cortiça, não na perspectiva de obtenção de outros rendimentos do montado, secundários em termos económicos. A operação pode ser delineada de acordo com três funções distintas: 1) poda de formação; 2) podas de conformação; 3) poda de rejuvenescimento

b) Restrições

- De acordo com a legislação em vigor, a extracção da cortiça deve ser realizada a pau batido, estando a extracção a meças proibida a partir de 2030.
- A actividade extractiva deve ser imediatamente suspensa – na árvore ou em todo o povoamento, em função da análise de cada situação concreta – sempre que, ao fazer-se a extracção, se detecte a presença de câmbio súbero-felodérmico aderente à prancha de cortiça. A retoma da extracção pode efectuar-se apenas quando se puder garantir uma boa separação entre a prancha extraída e aquele câmbio.
- Em condições de previsão climática apontando para eventos extremos de precipitação ou de seca, deve ser sempre ponderado o adiamento das operações de descortiçamento, a fim de garantir que não sejam causados danos irreversíveis no câmbio.
- Nos montados de sobro e azinho só são permitidas as mobilizações do solo que não afectem as raízes das árvores ou a regeneração natural.
- São imperativamente de evitar as decapitações de árvores, o corte de ramos de grande diâmetro e o esgaçamento de cortes, devendo todas as operações de poda ser executadas com cortes lisos e inclinados, perto da zona de inserção do ramo podado, mas respeitando a coroa de tecidos responsáveis pela cicatrização dos cortes.
- Não utilizar grades pesadas nas gradagens de modo a não afectar as raízes nem a regeneração natural.

Manutenção da Sanidade Vegetal

Sempre que se proceda a regeneração artificial e seja previsível a possibilidade de ocorrência de herbivoria, é recomendável proteger a regeneração nos primeiros tempos de vida, dado a tendência actual para se utilizarem na regeneração densidades mais baixas do que no passado, bem como sementes e plantas seleccionadas, mais dispendiosas.

Nas situações em que, por haver sobreposição de espaços florestais com os sujeitos a ordenamento cinegético, sejam de reaar danos nas árvores provocados pelas espécies cinegéticas, recomenda-se que seja ponderado o controlo dos efectivos populacionais das espécies cinegéticas.

Em alternativa ou complemento à norma de intervenção activa acima mencionada, no caso de se pretender proteger arborizações, áreas de regeneração natural ou determinadas espécies, recomenda-se o recurso aos métodos de protecção abaixo mencionados:

- A) Métodos de protecção natural;
- B) Métodos de protecção individual das plantas;
- C) Métodos de protecção total das parcelas.

Além das normas gerais, são ainda de evidenciar no caso dos montados as seguintes medidas preventivas:

- Não efectuar mobilizações do solo que não sejam estritamente necessárias.
- No caso de serem indispensáveis desmatações, privilegiar para a sua execução o recurso a roçadoras, ponderando sempre a possibilidade de proceder apenas a eliminações selectivas da vegetação sob coberto.
- Só recorrer a gradagens quando o declive é reduzido.
- Desinfectar com produtos adequados os equipamentos e materiais usados em povoamentos em mau estado sanitário.

5.2.2. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça

A caça, como todas as actividades lúdicas e que, para além disso, se oferecem como recurso turístico, tem uma procura crescente. A protecção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse público.

Sub-função	Objectivos da gestão e intervenções florestais
Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de protecção
	Fornecimento de alimento
	Manutenção da sanidade animal

Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de protecção

Para as espécies de caça menor o ideal são os espaços abertos com pastagens e culturas agrícolas tradicionais, ponteados com pequenos bosquetes e manchas de matos. Para as espécies de caça maior deve haver um aumento significativo de áreas mais fechadas, tanto de estrato arbustivo como arbóreo. As espécies florestais a fomentar e/ou explorar devem ser escolhidas de acordo com a sua capacidade de fornecer alimento e protecção, bem como com a sua capacidade de recuperação face aos danos provocados. Deve procurar-se uma proporção harmoniosa entre folhosas e resinosas em povoamentos mistos. As primeiras oferecem alimento para os grandes mamíferos, sob a forma de folhas, gomos e frutos (os ramos de folhosas são geralmente mais ricos em nutrientes e são mais apreciados pelos animais do que os de coníferas). Nas orlas das florestas com outros usos do solo, as condições de transição entre biótopos propiciam uma maior diversidade florística e faunística. A água é um elemento determinante da manutenção da fauna em meio florestal. Em regiões de fraca pluviosidade e de período estival alargado, nomeadamente em clima mediterrânico, ou de solo arenoso onde os pontos de água são inexistentes ou pouco frequentes, terá de se proceder à instalação de charcas artificiais. A localização, distribuição e distanciamento dos pontos de água são factores a ter em consideração e devem ser colocados com base no comportamento das espécies animais (ex: capacidade de deslocação), nas suas necessidades, nas densidades pretendidas e na totalidade de área a beneficiar.

Fornecimento de alimento

Se nos povoamentos florestais o alimento for uma condicionante à presença de espécies cinegéticas, o fornecimento de alimento deverá ser uma medida de gestão a considerar através da criação de postos de abastecimento (comedouros). Estes devem ser colocados preferencialmente num local calmo, com solo bem drenado e facilmente acessível para um aprovisionamento posterior.

Manutenção da sanidade animal

A manutenção da sanidade pode ser preconizada através da implementação de algumas medidas:

- Controlar o estado higiénico das explorações e suas envolventes.
- Controlar os cães e gatos assilvestrados.
- Restringir e controlar os locais de passagem de gado.
- Remover o lixo dos cursos de água e suas margens.
- Sempre que seja detectado um surto de doença, deve ser interdita a caça a essa espécie e só vir a ser autorizada após recuperação, confirmada pelos serviços oficiais, da espécie referenciada.
- Controlar as condições sanitárias das explorações de criação em cativeiro, assim como a pureza genética dos animais a repovoar.
- Proceder a autópsias periódicas de animais mortos nas explorações (pode-se dizer que diariamente morrem animais nestas explorações, sendo importante conhecer as causas de morte).

5.2.3. Objectivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça.

O conceito de conservação tem acompanhado a integração do conceito de sustentabilidade ecológica na gestão dos espaços florestais, o que tem determinado que se aceitem e estabeleçam formas de gestão compatíveis com a manutenção dos valores naturais. Em alguns locais, trata-se inclusive de gerir os espaços florestais de forma a incrementar os valores naturais que estão na origem da sua classificação e que poderão encontrar-se em níveis que colocam em perigo a sua "manutenção num estado favorável de conservação".

Sub-funções	Objectivos da gestão e intervenções florestais
Conservação de Habitats classificados	Fomento e manutenção de habitats de grande valor natural

Os objectivos de gestão devem ter em conta os seguintes pontos:

- Salvar e conduzir activamente as áreas de maior interesse ecológico, nomeadamente maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico, nomeadamente povoamentos de sobreiro e azinheira e matos de vegetação natural.
- Privilegiar a regeneração natural dos povoamentos florestais e outras formações lenhosas naturais em habitats classificados, designadamente em todas as situações em que seja de

admitir que esteja a ocorrer ou possa vir a ocorrer de forma previsível a redução da sua representatividade.

- Conservar e fomentar as espécies florestais autóctones melhor adaptadas.
- Manter/criar um mosaico de compartimentos de diferentes idades, oferecendo melhores condições de habitat para a fauna e flora.
- Manter parcelas com o mínimo de intervenção, limitado ao assentamento de cortes de higiene e sanidade, numa percentagem razoável da propriedade florestal.
- Deve manter-se o máximo de vegetação espontânea compatível com os objectivos do ordenamento.

6. Modelos de silvicultura

De acordo com o Plano de Ordenamento Florestal e tendo em conta a ocupação do solo (em anexo) é possível enquadrar a gestão dos povoamentos identificados nos seguintes modelos de silvicultura:

Quadro 6 – Modelos de silvicultura.

Povoamento	Modelo de silvicultura a considerar (PROF)	Composição do povoamento e objectivo
Azinhreira + Sobreiro	Az3 (Sb)	Instalação de um Povoamento misto temporário de Az para produção de fruto
Azinhreira	Az4	Povoamento de Az para produção de fruto

7. Plano de extracção de cortiça

Quadro 7 – Previsão das extracções de cortiça (arrobas) - decénio 2007 a 2016

2007	<i>0.00</i>
2008	<i>0.00</i>
2009	<i>0.00</i>
2010	<i>0.00</i>
2011	<i>0.00</i>
2012	<i>0.00</i>
2013	<i>0.00</i>
2014	<i>4.350,00</i>
2015	<i>0.00</i>
2016	<i>0.00</i>

De referir que a extracção é feita em Pau Batido.

8. Plano de acções de beneficiação

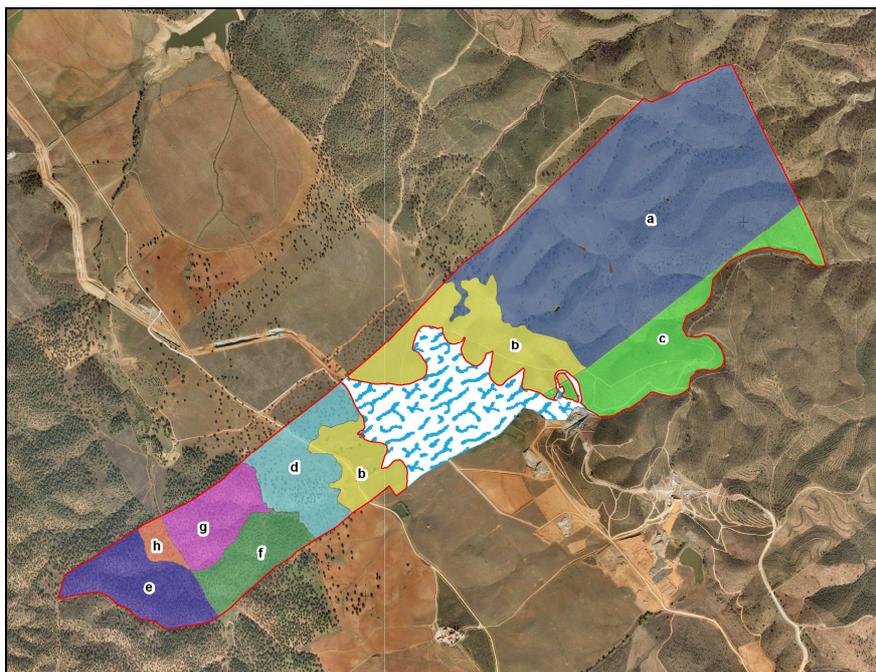


Figura 16 – Áreas de intervenção 2007-2016

Quadro 8 – Áreas das parcelas a intervir na Herdade dos Álamos

Parcelas (Área ha)							
a	b	c	d	e	f	g	h
145,72	45,82	34,27	24,14	22,40	16,49	16,45	3,60

No Quadro 9 apresentamos a totalidade das operações previstas para os quatro quinquénios, no cumprimento do artº 7 do Decreto-Lei nº205/99 de 9 de Junho.

De referir que as operações são devidamente discriminadas, assim como as áreas de intervenção, para além das parcelas. Conforme identificado na introdução do Plano de Gestão Florestal, pretendemos que período a período seja efectuado uma monitorização das acções concretizadas, assim como efectuar uma revisão das acções propostas. Pretende-se inculir uma dinâmica de gestão, devidamente suportada pelo Plano de Gestão Florestal.

No sentido de ter uma noção do histórico em termos de investimento, assim como uma caracterização do coberto florestal e dos recursos associados, tendo como objectivo o proporcionar a maior informação possível sobre as parcelas identificadas para intervenção futura, em anexo é apresentada uma informação exhaustiva.

Quadro 9 - Planificação das intervenções a executar durante os quatro quinquénios.

	Ano	Operações	Área total (ha)	Parcelas
1º Quinquénio	2007	Gradagem continua	26	e,h
	2007	Instalação de tremocilha	26	e,h
	2008	Inventário florestal	308.85	a,b,c,d,e,f,g,h
	2009	Gradagem continua	34.3	c
	2009	Plantação com sobreiro	34.3	c
	2009	Fertilizantes	34.3	c
	2009	Podas Form. Reg Natural	34.3	c
	2009	Limpeza envolv. c/ coloc. Tremocilha	34.3	c,e,h
	2009	Calcário	34.3	c,e,h
	2009	Acompanhamento dos efeitos da erosão	145.72	a
	2009	Podas Formação Reg Natural (fuste)	26	e,h
	2009	Proposta de realização de um Plano Especifico de Intervenções Florestal		a,b,c,d,e,f,h
	2009	Integração em PGF das medidas inscritas em PMDFCI		a,b,c,d,e,f,h
	2010	Análise das necessidades de controlo de matos	202.8	a,d,f,g
	2010	Manutenção das áreas silvopastoris	45.82	b
	2010	Retanchar	34.3	c
	2010	Sacha	34.3	c
	2010	Aprov reg natural (azinheira)	202.8	a,d,f,g
	2010	Podas de formação (copa)	202.8	a,d,f,g
	2010	Beneficiação infraestruturas		a,b,c,d,e,f,g,h
	2011	Manut cult seq associadas explor caça	45.82	b
	2011	Gradagem continua	58.94	e,f,g,h
	2011	Gradagem em faixas	34.3	c
	2011	Instalação de tremocilha	58.94	e,f,g,h
2011	Limpeza envolv. c/ coloc. Tremocilha	58.94	e,f,g,h	
2011	Calcário	58.94	e,f,g,h	
2011	Acompanhamento dos efeitos da erosão	145.72	a	
2º Quinquénio	2012	Podas Formação Reg Natural (fuste)	26	e,f,g,h
	2012	Beneficiação infraestruturas		a,b,c,d,e,f,g,h
	2013	Monitorização fitossanitária	60.3	a,c,d,e,f,g,h
	2013	Gradagem em faixas	34.3	c
	2013	Retirar protectores	34.3	c
	2013	Fertilizantes	34.3	c
	2013	1ª poda de formação (fuste)	34.3	c
	2013	Sacha	34.3	c
	2013	Limpeza envolv. c/ coloc. Tremocilha	34.3	c
	2013	Colocação tutores	34.3	c
	2014	Extracção de cortiça (exemplares adultos)	58.94	e,f,g,h
	2014	Beneficiação infraestruturas		a,b,c,d,e,f,g,h
	2010	Manutenção das áreas silvopastoris	45.82	b
	2015	Aprov reg natural (azinheira)	202.8	a,d,f,g
	2015	Gradagem continua	34.3	c
	2015	Instalação de tremocilha	58.94	e,f,g,h
	2015	Podas Formação Reg Natural (fuste)	58.94	e,f,g,h
2015	Limpeza envolv. c/ coloc. Tremocilha	58.94	e,f,g,h	
3º Quinquénio	2017	Recolha de informação para monitorização dos efeitos da gestão		
	2017	Análise das necessidades de controlo de matos na exploração		
	2017	Análise qualitativa e quantitativa das intervenções preconizadas		

	2017	Análise das necessidades futuras em gestão nos povoamentos		
	2017	Revisão e definição das intervenções do próximo quinquénio		
	2018	Monitorização fitossanitária	60.3	a,c,d,e,f,g,h
	2019	Beneficiação infraestruturas		a,b,c,d,e,f,g,h
	2020	Podas de formação (copa)	202.8	a,d,f,g
4º Quinquénio	2022	Podas Formação Reg Natural (copa)	58.94	e,f,g,h
	2023	2ª poda de formação (fuste)	34.3	c
	2023	1º desbaste	34.3	c
	2023	Extracção de cortiça (exemplares adultos)	58.94	e,f,g,h
	2026	Desbóia	34.3	c

No ano de 2007 foi efectuada gradagem continua com instalação de tremocilha numa área total de 26 ha nas parcelas e e h.

Em termos de identificação e caracterização das operações que, para além das previstas, poderão vir a ser executadas ao longo do período contemplado, teremos as seguintes:

Descrição de operações passíveis de execução

Gradagem contínua	<p>Esta operação tem por objectivo o corte e enterramento dos matos existentes, com recurso a uma grade de discos de 3500 kg rebocada por tractor de rasto contínuo de potência não inferior a 140 hp. Com esta operação diminui-se a carga de combustível e a competição com as árvores e a vegetação herbácea e arbustiva, promovendo em simultâneo uma ligeira mobilização do solo. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas práticas florestais, nomeadamente no que diz respeito a uma necessidade de criar uma certa descontinuidade na remoção do coberto vegetal, na realização dentro de época que não coloque em causa os sistemas radiculares superficiais e nos pressupostos de realização de uma mecanização que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos.</p> <p>Na identificação das operações de controlo da vegetação foram tidos em conta os seguintes factores: condições edafo-climáticas, vegetação presente, características do povoamento e objectivos pretendidos.</p>
Gradagem em faixas	<p>Esta operação realiza-se com recurso a uma grade em V acoplada a tractor de rasto contínuo de potência não superior a 90 hp tendo por objectivo o corte e enterramento dos matos existentes. Com esta operação diminui-se a carga de combustível e a competição com as árvores e a vegetação herbácea e arbustiva, promovendo em simultâneo uma ligeira mobilização do solo. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas práticas florestais, nomeadamente no que diz respeito a uma necessidade de criar uma certa descontinuidade na remoção do coberto vegetal, na realização dentro de época que não coloque em causa os sistemas radiculares superficiais e nos pressupostos de realização de uma mecanização que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos.</p> <p>Na identificação das operações de controlo da vegetação foram tidos em conta os seguintes factores: condições edafo-climáticas, vegetação presente, características do povoamento e objectivos pretendidos.</p>

Adensamento com sobreiro	Com o adensamento pretende-se criar uma densidade ideal para a exploração dos povoamentos existentes. Pretende-se criar uma ocupação eficaz do solo. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas práticas florestais, nomeadamente no que diz respeito a uma necessidade de criar uma certa descontinuidade na remoção do coberto vegetal, na realização dentro de época que não coloque em causa os sistemas radiculares superficiais e nos pressupostos de realização de uma mecanização que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF.
Arborização com sobreiro	A arborização com o sobreiro será efectuada com recurso a planta certificada e de proveniência reconhecida. Pretende-se criar povoamentos ordenados e passíveis das mais activas formas de gestão no efectivo respeito pelo montado de sobreiro. Esta operação deverá obedecer ao necessário cumprimento das boas práticas florestais, nomeadamente no pressuposto de realização de uma instalação que contrarie os efeitos negativos de fenómenos erosivos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF.
Instalação de tremocilha	Operação que consiste na aplicação de tremocilha utilizando um tractor borracheiro de 90 hp equipado com espalhador e grade de discos de 1000 kg para efectuar o seu enterramento. Pretende-se aumentar o teor de fertilidade do solo assim contrariar efeitos negativos de fenómenos erosivos
Sacha e Limpeza de envolventes com colocação de tremocilha	Esta operação executa-se com o recurso a ferramentas manuais e após a eliminação da vegetação que envolve o pé da árvore é aplicada manualmente tremocilha.
Fertilização	A fertilização ocorre em 3 tipos de adubação localizada, total e de fundo, conforme o justifique o povoamento em causa. A adubação localizada consite na aplicação manual de 100g de adubo Exactyon AG Sobreiros 15-10-12 (12m)-SGN 300. A adubação total consite na distribuição de adubo Superfosfato a 18%, utilizando para tal tractor borracheiro de 90 hp equipado com espalhador e grade de discos de 1000 kg para efectuar o enterramento. A adubação de fundo realiza-se nas situações de adensamento e consite na aplicação de adubo OSMOCOTE (20 g/planta) no fundo do covacho.
Aplicação de calcário	Consiste na distribuição de Óxido de Cálcio utilizando para tal tractor borracheiro de 90 hp equipado com espalhador.
Podas sanitárias	Deverão ser sempre utilizadas quando existir a identificação de danos nos sobreiros. Deverão ter em conta a fase de desenvolvimento do povoamento, a sua densidade e o modo de tratamento. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF.
Podas de manutenção	Estas podas apenas deverão ser realizadas em necessidade absoluta. Terá como objectivos únicos a manutenção da árvore em boas condições fisiológicas e produtivas no maior periodo de tempo possível. As podas de manutenção em sobreiros adultos nunca deverão incidir sobre uma percentagem superior 25% da copa, nem nas pernadas com diâmetro superior a 18 cm. O critério FSC aponta para valores nunca superiores a 35% da biomassa da copa. Devem ser apenas cortados os ramos ladrões inseridos a prumo nas pernadas. Os cortes deverão ser efectuados rentes e lisos. Não se deve contrariar a forma natural da árvore. Estas podas não deverão ser executadas nas duas épocas anteriores ao descortçamento nem nas duas épocas seguintes. O intervalo de intervenção deverá ser sempre superior a 10 anos podendo chegar a intervalos de 25 anos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF.

Podas formação em povoamentos instalados e regeneração natural	<p>As podas de formação não deverão exceder os 2/3 da altura total da árvore nem retirar mais de 1/3 dos ramos vivos. A execução e as ferramentas a utilizar nesta operação varia consoante a espécie e a sua idade. Para povoamentos de sobreiro jovem, as podas executam-se com ferramentas manuais e visam eliminar rebento, enquanto que nos povoamentos adultos utilizam-se ferramentas manuais e mecânicas (motosseras) para remoção de ramos mortos. As podas de formação do fuste deverão ser executadas em sobreiros no sentido de formar árvores adultas com fustes bem formados. Pretende-se que os sobreiros tenham no mínimo 2,5 a 3 metros de altura de tronco e com a melhor forma, possibilitando assim a obtenção de pranchas de cortiça com o melhor aproveitamento industrial. Deverão ser realizadas, no máximo, por três vezes, pela primeira vez quando o sobreiro atingir 1 a 1,5 m, pela segunda vez quando o sobreiro atinge os três metros e terceira vez se necessário).</p> <p>Nunca deverão ser retirados mais de 1/3 dos ramos vivos de cada vez. As podas de formação da copa têm como função a selecção e preparação das futuras pernas ebraças para o descortiçamento. Deverão ser realizadas preferencialmente por duas vezes, pela primeira vez no terceiro ano seguinte á desboia (quando exista a terceira poda de formação do fuste poderá ser a altura ideal) e no terceiro ano a seguir á tirada da cortiça secundária. Em cada intervenção nunca se deverão retirar mais de 1/3 dos ramos vivos. Deverá ser tido em conta o manual de "Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira" da DGRF.</p>
Desramação	Esta operação é apenas realizada nos povoamentos de pinheiro manso e consite em desramar o terço inferior dos individuos. Para realizar a operação serão utilizadas ferramentas manuais e motoserras.
Desbaste misto, pelo alto misto ou intermédio	Esta intervenção preconiza-se apenas para os povoamentos de Pinheiro bravo. Remoção da generalidade dos exemplares arbóreos dominados e subdominantes, remoção ao mesmo tempo no andar superior das dominantes e codominantes de forma a minimizar eventuais efeitos negativos nos melhores activos arbóreos, árvores de futuro.
Desbaste em sobreiro	Remoção dos exemplares mal conformados e sem viabilidade futura. Eventualmente deverá ser analisada a possibilidade de converter para produção de talhadia alguns touças mais vigorosas. A intervenção, assim como a reconversão deverão ter a aprovação da autoridade florestal nacional.
Monitorização fitossanitária	Avaliação fitossanitária dos povoamentos existentes
Colocar protectores	Colocação de protectores individuais com a dimensão de 0,6x0,1 mts do tipo PRO-CLIMAT.
Retirar protectores	Remoção de protectores individuais com a dimensão de 0,6x0,1 mts do tipo PRO-CLIMAT.
Colocação de tutores	Colocação de tutores em exemplares que demonstrem necessidade.
Beneficiação de infraestruturas	Intervenção na beneficiação das infraestruturas que revelem necessidade de manutenção, nomeadamente rede viária, rede divisional e charcas.
Revisão do PGF	Recolha de informação para análise dos efeitos da gestão preconizada. Análise quantitativa e qualitativa das intervenções realizadas. Análise das necessidades futuras de gestão.

Na execução e preconização das intervenções as questões de preservação do solo e recuperação do potencial nutritivo são tidas em conta.

Se por um lado as medidas adequadas para atenuar ou impedir a erosão do solo, são favoráveis à conservação da matéria orgânica, deverá no entanto existir uma baixa frequência nos trabalhos de mobilização.

Nas situações aqui identificadas temos níveis de matéria orgânica baixos e muito baixos, devendo por isso apostar na implantação de culturas que promovam o seu incremento.

Claro que a situação não é linear, no entanto tivemos em conta vários factores, tais como:

- A redução do teor em matéria orgânica é mais intensa enquanto o solo é ocupado por culturas que o deixam muito exposto à acção directa do sol e em que se fazem várias mobilizações de solo;
- Deverão ser utilizadas culturas que proporcionem uma maior protecção à superfície do terreno e em que normalmente não se procede a mobilizações depois da cultura estar estabelecida;
- A matéria verde produzida deverá ser incorporada no solo;
- Após a introdução de prados a diminuição do teor em matéria orgânica é significativamente atenuada;
- A incorporação de fertilizantes é o processo mais correntemente utilizado para manter e aumentar o nível do teor em matéria orgânica;
- O aumento da massa das raízes assim como da massa da matéria seca no solo promove o teor de matéria orgânica no solo;
- Um dos factores de maior importância é o da época da realização das mobilizações mecânicas, já que o aumento da mineralização da matéria orgânica é efectivamente um problema a minimizar;

Com esta tipologia de intervenções pretende-se também diminuir drasticamente os efeitos erosivos, já que serão realizadas em curva de nível;

Por último pretende-se contrariar o efeito negativo do regime torrencial, propondo intervenções que diminuam a escorrência superficial e a sua velocidade.

9. Planos de curto e médio prazo para actividades associadas à floresta

9.1. Aproveitamento cinegético

A Herdade dos Álamos encontra-se actualmente integrada na Zona de Caça Turística da Herdade do Peral e Anexas.

No cômputo geral a entidade gestora tem efectuado repovoamentos com perdizes para além de acções de manutenção das condições para um normal desenvolvimento das restantes espécies objecto de ordenamento, nomeadamente a lebre, o coelho, as raposas, os saca-rabos, os patos, as galinhas de água, a tarambola-dourada, a galinhola, as rolas, a codorniz, os pombos os tordos, as narcejas, o javali, o veado e o gamo. A evolução preconizada para a ocupação de solo tem sido implementada, tendo sido um dos pressupostos de integração de acções neste plano.

Todas as acções de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas discontinuidades nos níveis arbóreos e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobro e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

Assim sendo, todas as acções executadas devem considerar o Plano de Ordenamento Cinegético da área em causa, devendo ser fomentada, nomeadamente:

- A manutenção dos povoamentos de folhosas autóctones (*Quercus ilex*, e *Quercus suber*), além do potencial produtivo que sustentam, é essencial do ponto de vista cinegético, uma vez que em geral têm mais interesse do que outras espécies na supressão das necessidades alimentares de várias espécies, nomeadamente os veados e javalis muito abundantes na zona de Caça Turística Peral e Anexas;
- A instalação de pequenas pastagens de gramíneas e leguminosas, poderá constituir uma boa forma de suprir as necessidades alimentares de algumas das espécies mais exigentes como as perdizes, espécie que deverá ser reforçada anualmente no próximo quinquénio;
- A prática de desmatações, (roço de matos em faixas) em zonas com material muito envelhecido, lenhificado e de baixo valor alimentar, de forma a provocar o rebentamento de plantas novas, preferidas pelas espécies cinegéticas, uma vez que são mais nutritivas e palatáveis.

9.2. Aproveitamento apícola

A flora apícola existente nos estratos arbóreo e arbustivo da Unidade de Gestão é caracterizada por uma grande diversidade florística que proporciona às abelhas flores durante todo o ano, pelo que se podem equacionar no futuro acções no âmbito do maior aproveitamento deste recurso.

9.3. Aproveitamento de matos

Apesar de os matos se caracterizarem por ter grande volume por tonelada, o que implica ter de recolher e transportar grandes volumes, para um ganho energético relativamente modesto deve ser encarada a possibilidade de no futuro ser possível obter rendimentos substanciais derivados da exploração de matos para a produção de energia.

No entanto, todas as acções executadas no âmbito da exploração de biomassa para energia devem salvaguardar a protecção dos solos e a conservação da biodiversidade. Assim:

- Para assegurar a conservação da biodiversidade apela-se a uma estrutura diversificada das florestas, o que passa por ter alguma presença de matos em diferentes fases de desenvolvimento, estando assim seriamente limitada a disponibilidade de matos para produção de energia;
- Para assegurar a protecção do solo contra a erosão e permitir o fecho do ciclo de nutrientes, sem recurso a adubações extensivas, apela-se a uma cobertura permanente do solo e à restituição do máximo possível de matéria orgânica, o que passa por incorporar os matos e resíduos de exploração no solo, e não a sua recolha e transporte para fora da floresta.

10. Anexos

10.1. *Historial da Gestão nas áreas integrantes do Plano de Gestão Florestal*

10.2. *Caracterização do coberto vegetal, recursos associados por parcela de intervenção, com identificação do historial dos projectos antigos – Reg (CEE) 2080/92, PEDIZA, PDF, AGRO, RURIS -(apoiado em cartografia simples de apoio)*

10.3. *Cartografia de apoio*

- Carta de localização
- Carta de condicionantes
- Carta de ocupação do solo
- Carta de Infra-estruturas
- Planta de Ordenamento
- Carta de risco de incêndio (AFN/CRIF)
- Carta de perigosidade florestal (AFN/DFCI)
- Carta de historial de incêndios (AFN)
- Incêndios – Registo – 2001 / 2006 (AFN)